



LEI nº 1.638 de 08 de julho de 2021

Dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal do Idoso, que passa a ser denominado Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI, e promove a criação do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DE MINAS-MG, no uso de suas atribuições legais, FAÇO saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Art. 1º. O Conselho Municipal do Idoso de Bom Jardim de Minas, instituído pela Lei Municipal nº 1.250/2008, passa a denominar-se “Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa” – CMDPI, ficando reformulada a sua regulamentação, nos termos da presente lei, e em consonância com as Leis Federais nºs 8.842/1994 (Política Nacional do Idoso) e 10.741/2003 (Estatuto do Idoso).

§ 1º. O CMDPI é órgão colegiado permanente, de caráter consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador das políticas dirigidas à pessoa idosa no âmbito do município de Bom Jardim de Minas, sendo vinculado à Secretaria Municipal de Ação Social.

§ 2º. O CMDPI tem por finalidades precípua elaborar as diretrizes para a formulação e a implementação da Política Municipal da Pessoa Idosa, observadas as linhas de ação e as diretrizes estabelecidas nas legislações federal, estadual e municipal disciplinadoras da matéria, bem como supervisionar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a sua execução, zelando pelo cumprimento dos direitos da pessoa idosa.

§ 3º. Considera-se idoso, para os efeitos desta lei, a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

I – Promover a cooperação entre o Poder Público Municipal e a sociedade civil organizada na formulação e na execução da política municipal de atendimento dos direitos do idoso;



II – Zelar pelo cumprimento do Estatuto do Idoso, instituído pela Lei Federal nº 1.741, de 1º de outubro de 2003 e pela aplicação das políticas Nacional, Estadual e Municipal do Idoso;

III – Acompanhar a elaboração e a execução da proposta orçamentária do município, no que diz respeito às ações de interesse dos idosos nas áreas de atuação da administração municipal, em especial no que se refere à Política Municipal do Idoso, indicando modificações necessárias à consecução da política formulada para a promoção dos direitos do idoso;

IV – Avaliar e deliberar sobre a aplicação de recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – FUMID, destinados a programas e projetos desenvolvidos no âmbito da Política Municipal do Idoso

V – Acompanhar e fiscalizar as atividades dos órgãos e entidades dos setores públicos e privados com atuação na área de atendimento, promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa no município;

VI – Efetuar o registro de entidades, organizações e programas governamentais e não governamentais de atendimento à pessoa idosa no município;

VII – Articular-se com os Conselhos Nacional e Estadual do Idoso, bem como com organismos governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, visando ao fortalecimento e ao aprimoramento da Política Municipal do Idoso;

VIII – Compôr, articular e promover o fortalecimento da Rede Municipal de Defesa da pessoa Idosa e Proteção da Pessoa Idosa;

IX – Promover permanentemente a sensibilização da sociedade acerca dos direitos da pessoa idosa e da rede de programas e serviços de atendimento voltado para esse segmento;

X – Elaborar, aprovar e publicar o seu regimento interno, nos termos e condições definidas no regulamento desta lei;

XI – Promover a realização de estudos e debates sobre a aplicação e os resultados estratégicos alcançados pelo programas e projetos de atendimento ao idoso desenvolvidos pelo Executivo;

XII – Examinar outros assuntos relativos a sua área de atuação;

XIII – Propor políticas públicas municipais de urbanismo, recreação, lazer e turismo para os idosos.

Art. 3º. O CMDPI será composto por 10 (dez) membros titulares e respectivos suplentes, com composição paritária entre representantes do poder público municipal

e representantes da sociedade civil, todos preferencialmente com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, assim distribuídos:

I – 5 (cinco) representantes do poder público, indicados pelos titulares dos seguintes órgãos municipais:

- a) Secretaria Municipal de Ação Social;
- b) Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- c) Secretaria Municipal de Saúde;
- d) Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo;
- e) Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas.

II – 5 (cinco) representantes da sociedade civil, preferentemente atuantes em ações de promoção e defesa dos direitos ou de atendimento à pessoa idosa, sendo:

- a) Um representante de instituição de longa permanência em funcionamento no Município;
- b) Um representante de associação, grupo ou movimento organizado voltado à promoção da interação social e/ou atividades coletivas entre pessoas idosas, como grupos de terceira idade;
- c) Um representante da Sociedade São Vicente de Paulo, sediada em Bom Jardim de Minas;
- d) 2 (dois) representantes de outros segmentos da sociedade local ou cidadãos residentes neste município, escolhidos em assembleia popular.

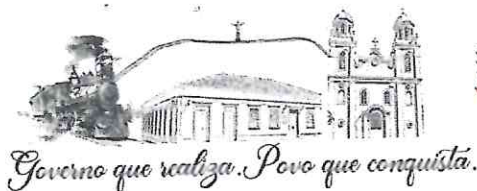
§ 1º. Os conselheiros serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante decreto, observando as indicações apresentadas pelos órgãos e instituições com direito a vaga no Conselho e a escolha dos membros da sociedade civil a ser feita em assembleia popular.

§ 2º. Os conselheiros cumprirão mandato de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos para um mandato subsequente.

§ 3º. Os membros do Conselho não serão remunerados, sendo sua atuação considerada de relevante interesse público.

§ 4º. Cada membro titular do CMDPI terá um suplente, previamente designado, pertencente ao mesmo órgão ou segmento representado.

§ 5º. Não poderão compor nem participar do Conselho, nas vagas destinadas à representação da sociedade civil, cidadãos que possuam qualquer vínculo funcional ou contratual com qualquer órgão público do Município de Bom Jardim de Minas.



Art. 4º. Poderão ser convidados para participar das reuniões do CMDPI, como colaboradores, personalidades, e representantes de entidades e órgãos públicos e privados, sempre que da pauta constar tema de sua área de atuação.

Art. 5º. Os representantes da sociedade civil de que trata a alínea "d" do inciso II do artigo 3º, bem como seus suplentes, serão eleitos em assembleia realizada para este fim, convocada pela Secretaria Municipal de Ação Social mediante edital de chamamento a ser publicado no sítio oficial do Município na internet e afixado no átrio da Prefeitura e da Câmara Municipal, com antecedência de pelo menos 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da utilização adicional de outros meios de divulgação.

§ 1º. O processo de escolha de que trata este artigo será acompanhado e supervisionado pela diretoria em exercício do CMDPI.

§ 2º. Na assembleia de que trata este artigo, será franqueada a manifestação e apresentação de candidaturas daqueles que tiverem interesse em participar do Conselho, e na sequência será realizada a votação, através de cédulas, ou verbalmente, ou por aclamação, conforme for estabelecido no edital. Os votos serão apurados imediatamente e o resultado será divulgado de pronto, considerando-se eleitos aqueles que obtiverem maior número absoluto de votos, e ficando os candidatos subsequentes classificados em ordem decrescente de votos, para a condição de suplentes. Em caso de empate, será primeiro classificado o candidato com maior idade.

Art. 6º. A organização e o funcionamento do CMDPI serão disciplinadas em regulamento que será aprovado pelo CMDPI que escolherá entre seus membros um presidente, vice-presidente e secretário.

Parágrafo único. O CMDPI elaborará em 60 (sessenta) dias após sua constituição o regulamento previsto no *caput* deste artigo.

DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Art. 7º. Fica instituído o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, instrumento de natureza contábil, tendo por finalidade a captação, o repasse, e a aplicação de recursos destinados a proporcionar o devido suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas, projetos e ações voltados à pessoa idosa no âmbito do Município de Bom Jardim de Minas/MG

Art. 8º. O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será gerenciado pela Secretaria Municipal a que se vincula o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa

Idosa, sendo de competência deste a deliberação sobre aplicação dos recursos e programas projetos e ações voltados à pessoa idosa.

Art. 9º. Constituem fontes de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

I – As transferências e repasses da União, do Estado, por seus órgãos e entidades da administração direta e indireta, bem como de seus fundos;

II – As transferências e repasses do Município;

III – Os auxílios, legados, valores, contribuições e doações, inclusive de bens móveis e imóveis, que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;

IV - Produtos de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;

V – Os valores das multas previstas no Estatuto do Idoso;

VI – As doações feitas por pessoas físicas ou jurídicas deduzidas do imposto sobre a renda, conforme a Lei Federal nº 12.213/2010;

VII – Outras receitas destinadas ao referido fundo, e

VIII – As receitas estipuladas em lei.

§ 1º. Os recursos que compõem o fundo serão depositados em conta especial sob a denominação “Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa”, e sua destinação será deliberada por meio de atividades, projetos e programas aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, sem isentar a Administração Municipal de previsão e provisão de recursos necessários para as ações destinadas à pessoa idosa, conforme a legislação pátria.

§ 2º. Os recursos de responsabilidade do Município de Bom Jardim de Minas/MG destinados ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa serão programados de acordo com a Lei Orçamentária do respectivo exercício financeiro, para promover ações de proteção e promoção à pessoa idosa, conforme regulamentação desta lei.

Art. 10. A Secretaria ou órgão municipal gestor prestará contas mensalmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e dará vistas e prestará informações quando for solicitada pelo Conselho.

Art. 11. A contabilidade do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa será organizada e processada pela Secretaria Municipal de Fazenda de forma permitir o exercício das funções de controle prévio, concomitante e subsequente.

Parágrafo único. A contabilidade do Fundo tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Art. 12. O fundo será regido administrativamente pela Secretaria Municipal de Ação Social, inclusive no que diz respeito ao controle de contratos e convênios firmados com instituição governamentais e não governamentais, execução orçamentária, registros contábeis, análise e avaliação da situação econômico-financeira, aquisição de bens, equipamentos, serviços, e disponibilização de pessoal necessário à administração do Fundo, sob orientação e controle do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

§ 1º. A secretaria ou órgão municipal gestor prestará contas mensalmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, sobre o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, e dará vistas e prestará informações quando for solicitado pelo Conselho.

§ 2º. O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa deverá constituir Comissão Permanente, integrado por conselheiros governamentais e conselheiros representantes da sociedade civil, composta paritariamente com a finalidade de acompanhar as ações relacionadas com o Fundo.

Art. 13. Os recursos do Fundo serão aplicados nas seguintes atividades que digam respeito ao atendimento direto à pessoa idosa:

I – Financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços voltados à pessoa idosa desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Ação Social ou por órgãos e associações conveniadas;

II – Pagamento pela prestação de serviços às entidades conveniadas de direito público ou privado, para execução de programas e projetos dirigidos à pessoa idosa;

III – Aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas;

IV- Construção, reforma, ampliação, aquisição, colocação de imóveis para prestação de serviços voltados a desenvolvimento de atividades por pessoas idosas instaladas no Município de Bom Jardim de Minas/MG, condicionadas à observância da acessibilidade plena;

V – Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações voltadas à pessoa idosa;

VI – Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos, nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços a pessoas idosas.

Art. 14. O ordenamento das despesas decorrentes da aplicação dos recursos do fundo será da competência do representante legal da Secretaria de Ação Social.

Art. 15. O repasse de recursos às entidades conveniadas será efetivada por intermédio do Fundo, de acordo com critérios estabelecidos em resolução aprovada em plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

§ 1º. As transferências de recursos para organizações que atuam com a pessoa idosa se procederão mediante convênio, contrato, acordos, ajustes ou similares, obedecendo à legislação vigente, em conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

§ 2º. Somente poderão ser beneficiadas entidades referidas no parágrafo anterior que cumprirem todas as exigências legais e, em se tratando de entidades de atendimento ao idoso, que tenham seus programas inscritos junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa na forma do artigo 48 e seguintes do Estatuto do Idoso.


Art. 16. Nenhuma despesa será realizada sem prévia autorização orçamentária.

Parágrafo único. Para os casos de insuficiência orçamentária poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por lei.

Art. 17. O Fundo terá vigência indeterminada.

Art. 18. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Lei municipal nº 1.250/2008.

Bom Jardim de Minas, 08 de julho de 2021.



Joaquim Laércio Rodrigues
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM:
08 / 07 / 2021
PAÇO MUNICIPAL
Giovanna R. de Carvalho
RESPONSÁVEL